

O governo, evitando a moratória.

explicação que técnicos do próprio governo estão dando para o aumento do recolhimento compulsório dos bancos.



Pedido de ajuda ao FMI é inevitável, diz Antônio Ermírio.

O diretor do Grupo Votorantim (foto) acusou as obras faraônicas pela atual situação (ele citou especificamente o governo Geisel). E advertiu que o País precisa de medidas enérgicas de correção, para não se tornar inviável.

É só uma questão de tempo: o governo terá mesmo de pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional. Pelo menos esta é a opinião do empresário Antônio Ermírio de Moraes, que advertiu que o regime "já foi longe demais" e agora precisa adotar medidas enérgicas de contenção, caso contrário o Brasil se tornará inviável.

Dono das empresas Votorantim, o maior grupo privado do País, Antônio Ermírio de Moraes disse ontem em Brasília, durante o II Seminário Internacional sobre Empresas Públicas, que já cansou de ouvir representantes do governo culparem fatores externos pelas dificuldades.

Mas isto está errado, porque foram os últimos governos que definiram mal as prioridades. "Os únicos culpados pela situação brasileira somos nós, e cabe a nós a solução dos problemas. Não adianta querer culpar o estrangeiro, pois as prioridades nacionais, que resultaram na atual situação econômica, foram fixadas no âmbito interno, sem grandes interferências externas."

Ele citou especificamente o governo do general Ernesto Geisel, quando foram iniciadas quase ao mesmo tempo obras caríssimas e de longo prazo de maturação, como Itaipu, Tucuruí, Valesul, Caraíbas Metais, programa nuclear, entre outras.

A solução agrícola

O caminho mais curto para sair da atual crise seria dar todo o apoio possível à agricultura, onde o retorno dos investimentos é relativamente rápido, em média de um ano, contra um período de cinco,

seis e até 12 anos na área industrial, dependendo do setor.

Por isto, ele diz ter "muita fé" no recém-criado Ministério de Assuntos Fundiários. Se for possível colocar de forma eficiente o agricultor na terra, haverá resposta mais rápida aos investimentos, empregando mais gente e melhorando as exportações, pois "é muito mais fácil vender um quilo de soja, arroz ou feijão, do que um quilo de aço ou de alumínio".

Para ele, o aumento do recolhimento compulsório e as restrições à evasão de dólares são consequências do malogro das pretensões brasileiras na última reunião do FMI. O governo não conseguiu o que queria em Toronto e a solução foi "apertar o cinto dentro de casa".

Ermírio está inteiramente de acordo com as restrições à venda de dólares para viagens turísticas. A medida já deveria ter sido tomada antes, tanto mais quanto se sabe que a moeda norte-americana está subvalorizada no câmbio oficial, o que equivale a uma subvenção a estas viagens, "coisa de república latino-americana irresponsável. O Brasil não tem dinheiro para ficar subsidiando dólar para o pessoal ir passear no Exterior".

No Rio, o professor de Economia da PUC carioca, André Lara Resende, interpretou as últimas decisões do governo "como um sinal para nossos credores externos de que estamos entrando para um caminho de austeridade e disciplina".

As consequências serão o aumento dos juros, redução da demanda e maior recessão econômica. Ao mesmo tempo, as importações cairão ainda mais, devendo

crescer a procura por empréstimos externos. Mas o professor não tem dúvidas de que "os tempos serão muito mais difíceis".

O diretor da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), Germano de Brito Lira, também explicou as últimas medidas como sendo resultado da necessidade de aumentar a credibilidade da política econômica perante os banqueiros internacionais.

Reconheceu que as medidas estão em desacordo com os interesses internos, e visam a atender as "preocupações existentes na comunidade financeira internacional". Em encontro com o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, "nos foi dado a entender que a decisão tem o sentido de proteger o País e a sua imagem quanto a qualquer adversidade".

Juros

Em Curitiba, o presidente do Grupo Habituas, Péricles Druck, manifestou a esperança de que o aumento do recolhimento compulsório possa resultar numa diminuição dos juros, caso o governo passe a buscar menos recursos no mercado.

Ele definiu o aumento do compulsório como "uma medida imediatista e transitória que procura evitar a expansão da base monetária para atender à demanda de crédito da agricultura. O erário público brasileiro não tem o volume de recursos necessários para atender à agricultura com crédito subsidiado".

Já o diretor do Banco Sul Brasileiro, David Weinstein, afirmou ontem em Porto Alegre que os novos limites do compulsório "não só

vão contribuir para elevar o custo do dinheiro, como reduzirão a oferta de recursos no sistema financeiro, reduzindo ainda mais a margem com que o setor opera atualmente".

As grandes dívidas dos governos federal e estaduais condicionam a iniciativa privada a buscar dinheiro no Exterior, perspectiva nada animadora "principalmente agora depois da aventura da Argentina nas Malvinas e da renegociação da dívida interna do México, fatos que deixaram os banqueiros internacionais extremamente preocupados com a América Latina".

Uma das consequências do novo compulsório serão mais demissões nos bancos. Afinal, "as empresas do setor têm de ser lucrativas".

Ele admitiu que está cada vez mais difícil administrar a dívida externa, "principalmente agora que caíram as exportações de produtos primários como café, açúcar e soja, derrubando a receita de divisas enquanto a despesa não baixa". Também a situação das empresas vai piorar: "Não sei quanto tempo vão agüentar".

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, divulgou nota dizendo que o aumento do compulsório "constitui uma nova agressão às empresas privadas, um passo a mais para a estatização do sistema financeiro e, sobretudo, um novo estímulo inflacionário". O presidente do Sindicato das Indústrias Mecânicas, Carlos Staiger, disse que "a medida é inadequada, muito drástica e capaz de provocar grandes danos à economia do País".

O governo aumentou o recolhimento compulsório dos bancos, para evitar outras duas medidas ainda mais desagradáveis: ir buscar dinheiro no Fundo Monetário Internacional ou pedir moratória para parte da dívida externa. Isto foi confirmado ontem em Brasília por técnicos do governo, que desmentiram assim inteiramente as declarações feitas no dia anterior pelo ministro Delfim Neto.

Contrariando esclarecimentos dados na terça-feira pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvão, Delfim assegurou que o único objetivo da decisão era ajudar o controle dos meios de pagamento; os juros sequer subiriam, e não havia preocupação em acelerar a captação de recursos externos.

Ontem, no entanto, fontes da área financeira confirmaram que a prioridade agora é arranjar os quatro bilhões de dólares que faltam para fechar o balanço de pagamentos este ano. O ministro Ernane Galvão observou que o mercado financeiro internacional já começa a voltar à normalidade, o que significa que os banqueiros nacionais não terão mais desculpas para não captar empréstimos através da Resolução 63.

O diretor da Área Bancária do Banco Central, Antônio Chagas Meirelles, disse ter "a certeza" de que a elevação do recolhimento compulsório sobre os depósitos bancários vai acelerar a captação de recursos externos, através dos bancos comerciais e de investimento, em volume suficiente para "compensar" as novas restrições ao crédito interno. Informou que o Banco Central vai congelar os Cr\$ 250 bilhões de recolhimento extra para manter, até o final do ano, a expansão dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público e depósitos à vista no Banco do Brasil e nos bancos comerciais) ao nível anual de 76%, registrado ao final de agosto último.

Chagas Meirelles insistiu na rejeição da hipótese de as autoridades econômicas utilizarem o compulsório adicional, para cobrir os débitos do governo junto às empreiteiras. Segundo ele, o objetivo foi apenas criar "maior resistência à expansão dos meios de pagamento e dar novo estímulo à captação de recursos externos".

Medida transitória

O diretor do Banco Central reiterou que o aumento do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista será transitório. A Resolução 762 do Conselho Monetário Nacional vigora até o final de dezembro, quando os bancos deixarão de recolher os 30% adicionais ao percentual em vigor até quarta-feira, de 35% sobre a captação não-remunerada. Mas ressaltou que os 5% criados sobre os depósitos a prazo seguem a praxe mundial e não cairão em dezembro.

Chagas Meirelles disse que foi estabelecido o percentual base de 45% para o recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista captados pelos grandes bancos, por ser a taxa suficiente para evitar a expansão mais acelerada dos meios de pagamento. Para chegar ao mínimo de recolhimento compulsório de 45% sobre o saldo dos depósitos à vista, os bancos preferiram recolher ao Banco Central 65% sobre os acréscimos na captação, para terem "um pouco de gás e evitar traumas no mercado". Em sua opinião, todos os bancos chegarão em dezembro com 45% do total dos depósitos à vista recolhidos ao Banco Central.

Pelos cálculos do diretor do Banco Central, os bancos comerciais recolherão o compulsório extra de Cr\$ 165 bilhões sobre os depósitos à vista, enquanto o recolhimento em relação aos depósitos a prazo atingirá, até o final do ano, Cr\$ 85 bilhões. Mas, em contrapartida, observou que todo o mercado receberá o benefício da menor colocação de títulos públicos no Open, o que permitirá o "afrouxamento" das taxas de captação.

A indução aos recursos externos está embutida apenas na redução da capacidade de aplicação dos bancos, sem envolver eventual aumento dos juros internos. "Difícilmente os bancos elevarão as taxas, por simples questão de falta de espaço para aumentar, até porque os juros externos estão caindo."

Negou que, com o recolhimento adicional, o Banco Central já esteja projetando a alocação de novos recursos para os setores agrícola e exportador. Chagas Meirelles afirmou que os exportadores já contam com dotação generosa de recursos e a projeção de Cr\$ 835 bilhões para os financiamentos do Banco do Brasil ao custeio agrícola será suficiente para o atendimento das necessidades, o que permite o cumprimento "à risca" do orçamento monetário, nestas linhas de crédito.